



Resenha crítica

Modelos Normativos na Construção e Avaliação de Políticas Públicas

Normative Models Beyond Cost Benefit Analysis

Modelos Normativos en la Construcción y Evaluación de Políticas Públicas

Obra: Evaluating Public Policies: normative models beyond cost benefit analysis

Autor: Giulia Lucertini

Cidade: Pádua.

Editora: Università degli Studi di Padova

Ano: Tese, 2012

Páginas:198

Carlos Germano Ferreira Costa¹, Edson Vicente da Silva²

¹ Filiação institucional. Engenheiro Agrônomo, mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.

Correspondência: E-mail: carlosgermanopj@gmail.com

² Filiação institucional. Graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará, mestrado em Planejamento Rural em Função do Meio Ambiente pelo Instituto Agronômico Mediterrâneo de Zaragoza, Espanha, doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Rio Claro São Paulo. Atualmente é professor titular da Universidade Federal do Ceará atuando nos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente e de Geografia da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.

Correspondência: E-mail: cacauceara@gmail.com

O trabalho apresentado aqui, Lucertini, *G. Evaluating Public Policies - Normative Models Beyond Cost Benefit Analysis*, 2012, de autoria de Giulia Lucertini, com supervisão de Chiara D'Alpaos, e Alexis Tsoukiàs, surge a partir do interesse nas políticas públicas e sua construção e, em particular do problema de como avaliá-los. É um estudo preliminar de instrumentos e mecanismos de distribuição de fundos da política pública europeia, que tem lidado com o Evidence-Based Policy-Making (EBPM). Os autores objetivam estudar as características que tornam as políticas legítimas, mas também as características que fazem das políticas públicas decisões de investimento "únicas", essas características são analisados e resumidos, nesta obra, em quatro pontos em relação ao estudo das ferramentas e os mecanismos necessários para a criação de políticas públicas, gestão e monitoramento. Portanto, a partir deste quadro geral da tese há foco no estudo dos instrumentos normativos atualmente disponíveis para o decisor político, esses são: Análise Custo-Benefício (ACB), Teoria da Decisão (TD); Teoria de Opções Reais (TOR). O trabalho é dividido em duas partes, com um total de 8 capítulos.

Na primeira parte da tese, os autores apresentam essas três ferramentas em relação às políticas públicas e tomada de decisão por decisores políticos – a ACB, a TD e a TOR - De acordo com os autores, a CBA, apesar de ser a ferramenta mais utilizada em termos absolutos e reconhecida como legítima para a análise de políticas, deixar de ter em conta, e gerir, uma das quatro

características políticas fundamentais, a flexibilidade do decisor político, para gerir a política em todo o seu horizonte de tempo. Abordando a TD os autores destacam a inadequação da análise da árvore de decisão para considerar e gerir políticas públicas em horizontes de tempo real. O estudo da TOR deixa claro que, apesar de tal ferramenta representar uma importante evolução da ACB, uma vez que está intimamente relacionado ao financiamento, esta não leva em conta a subjetividade dos decisores políticos.

A segunda parte da tese começa a partir das conclusões sobre a relevância do uso da ACB, da TD e da TOR no campo das políticas públicas. Os autores propõem um "novo instrumento", que poderia ser considerado uma evolução da árvore de decisão como uma árvore de decisão normal. Segundo os autores esta "nova" árvore de decisão levaria em conta o tempo em termos práticos, não só através de uma construção política e tomada de decisões ao longo do tempo, mas também através da inclusão de uma taxa de desconto subjetiva. A tese termina com uma comparação crítica entre a nova árvore de decisão temporal proposta e a teoria das opções reais. Nas palavras dos autores a comparação crítica mostra que os dois instrumentos são diferentes em dois dos seus principais aspectos. Neste primeiro capítulo intitulado, Introdução, os autores começam por abordar a questão da tomada de decisão e as consequências de decisões em atividades comuns de nossas vidas. Eles se referem a decisões tomadas por governos ou

outros órgãos administrativos como "Políticas Públicas", e complementam esta afirmativa dizendo que o estudo de decisões tomadas por governos se tornou um campo específico de estudo: "a análise das políticas públicas". Eles afirmam que nas últimas décadas mais ênfase foi colocada sobre a necessidade de uma Política Baseada em Evidências (PBE), uma vez que a Política Baseada em Evidências, prestação de contas e ferramentas auxiliares de tomada de decisão são compostos de técnicas baseadas em uma espécie de "racionalidade analítica", assim, são estes os pressupostos que são o núcleo de sua investigação nesta obra, e que, segundo os autores, são os princípios básicos de sua contribuição para a investigação. Eles sugerem uma "nova" ferramenta de processo que combina as diferentes características próprias do ambiente de políticas públicas. As teorias mais relevantes para eles são os seguintes: Análise Custo-Benefício (ACB), Teoria da Decisão (TD), e a teoria de Opção Real (TOR). Os autores apresentam brevemente o que a tomada de decisão racional significa para eles, enquanto apresentam a quatro abordagens possível sobre a racionalidade - "Normativa", "descritiva", "prescritiva" e "construtiva".

O Capítulo 2 intitulado, Políticas públicas e a criação de políticas públicas baseada em evidências, é uma importante introdução, a fim de compreender ponto de partida das reflexões, mas também os objectivos e motivações dos autores. Neste capítulo apresentam políticas públicas, decisões públicas e muitos outros temas relacionados a estes, como a a criação de políticas públicas baseada em

evidências. O objetivo é dar uma visão geral dos conceitos e noções de políticas públicas e a criação de políticas baseadas em evidências. Os autores acreditam que a principal característica que ajuda a distinguir um processo de decisão pública de outros processos de decisão é a "deliberação pública" (*public deliberation*), vinculado à deliberação, eles defendem outros dois conceitos, utilizados recentemente no campo das políticas públicas, "legitimação" (*Legitimation*) e "Prestação de Contas" (*Accountability*). Segundo os autores, ao abordar a legitimação estes se referem à autorização e ao consenso. Os autores apresentam algumas definições de políticas públicas, com destaque para suas características mais importantes e seus objetivos. Eles analisam os conceitos e as hipóteses da criação de políticas baseadas em evidências mostrando o quanto são importante na construção e avaliação de políticas públicas. Os autores afirmam que construção de políticas baseadas em evidências (*Evidence-Based Policy-Making*) é um tema "novo" que permeia a última década de debates nas ciências sociais, e se origina a partir da medicina baseada em evidências (*evidence-based medicine* - MBE) e também baseada prática evidência (*evidence-based practice* - EBP). A alegação dos autores é que esse foco no "científico" e "racional" foi, em geral, mal compreendido, porque foi interpretado como uma mudança de poder decisório da política à ciência, a partir de órgãos electivos com especialistas, e a partir do enfoque subjetivo para o objetivo. Concluindo, eles discutem sobre a importância criação de políticas baseadas em evidências, afirmando que a racionalidade

instrumental rege o processo político, e em seguida, a fim de explicar melhor este conceito os autores apresentam dois exemplos - Qualidade do Ar e pobreza em Burkina Faso. Os autores acreditam ser importante inserir este capítulo para a tese, porque as políticas públicas não são um campo comum de investigação, e eles acreditam que analisar, trabalhar e reconhecer algumas ferramentas específicas é necessário para conhecer bem as peculiaridades do processo de construção de políticas baseadas em evidências. Os autores querem sublinhar como o processo de construção de políticas baseadas em evidências é fundamental em qualquer situação, contexto e objetivo. Os autores defendem que isso não seria apenas uma ferramenta, mas um dos princípios que os decisores políticos deveriam seguir para tomar "boas" decisões públicas.

No capítulo 3 intitulado, Análise Custo-Benefício (ACB), o objetivo é explicar porque a análise custo-benefício tornou-se tão conhecida e importante em avaliações públicas. Os autores afirmam que a principal alternativa para a ACB seriam a análise da relação custo-eficácia e análise do custo-utilidade, uma vez que estes dois métodos são utilizados principalmente quando existem restrições que tornam a ACB não satisfatória. O que, de acordo com os autores, são as características que fazem da ACB a ferramenta mais utilizada e creditada, e por esta razão tão importante em sua pesquisa. Os autores iniciam o capítulo a partir da definição de ACB e de sua história, em seguida, seus princípios e premissas, a ACB tem abordagem muito intuitiva, onde as decisões são tomadas pesando custos e

benefícios. Isto é válido para entender se vale a pena realizar um projeto, uma política, ou em outras palavras, um investimento. Os autores dizem que a ACB é normalmente usada quando alguém deve escolher entre várias alternativas que devem ser implementadas, desse modo, a ACB é útil para evitar a má alocação de recursos em um mundo onde estes são escassos. Segundo os autores a ACB é guiada em última instância pelo lucro. Além disso, eles mostram algumas abordagens diferentes, e modelos, a partir de uma ferramenta econômica transformando a ACB, ao longo do tempo, em um instrumento de "avaliação social", por ser uma ferramenta importante para a avaliação socioeconômica de projetos e políticas de governo. Os autores explicam melhor esta afirmação dizendo que a ACB está baseada na racionalidade econômica, e isso faz da ACB uma ferramenta normativa, que desempenha o papel fundamental da análise de custo-benefício para fornecer informações que servem para melhorar a tomada de decisão e facilitar melhores resultados de decisão pela monetização de resultados, em seguida, a ACB produz avaliações simples e abrangentes de diferentes intervenções que podem ser comparadas so interno e entre áreas. Finalmente, eles discutem as limitações e críticas movidas contra a análise custo-benefício divididos em dois grupos - preocupações filosóficas e questões econômicas / técnicas.

Na capítulo 4, intitulado Teoria de Decisão (TD), o objetivo é dar uma introdução à Teoria da Decisão (TD), apresentando algumas noções e definições importantes e quais

seriam seus componentes, mostrando os aspectos e características relevantes para a sua pesquisa. Então, os autores concentram sua atenção no problema "estruturante", especialmente na apresentação da metodologia de "pensamento focado no valor" (*value-focused thinking*). Os autores afirmam que a (TD) é um campo de estudo, cujo objetivo é entender o que é o significado da "boa tomada de decisão", neste capítulo, eles não apresentam o tema com a sua história e explicações, mas apenas com alguns conceitos e ferramentas, esta diferença, de acordo com os autores é devido ao fato da teoria de decisão ser um grande e diversificado campo de trabalho, que inclui uma série de teorias e ferramentas irrelevantes para esta pesquisa. Em seguida, os autores, também apresentam a teoria da utilidade, a teoria da utilidade esperada, e as funções de valor, que, segundo os autores, são ferramentas importantes para entender a teoria de avaliação em que se baseia a sua ideia e modelo. No final, eles escrevem sobre a árvore de decisão, a probabilidade subjetiva, o teorema de Bayes e o valor da informação. Assim, através destas abordagens os autores introduzem modelos e ferramentas, a fim de gerir a incerteza, flexibilidade e um conjunto de decisões posteriores. Então, a primeira parte deste trabalho é dedicada a um modelo de "processo de apoio à decisão", onde os autores mostram as interações entre um decisor e um analista, eles explicam que o contexto de auxílio de decisão (*decision making context*) e o contexto de tomada de decisão (*decision making context*) são diferentes. Em ueste pode usar

ferramentas teóricas de decisão, a fim de estabelecer possíveis ações a realizar. Nesta seção os autores tentaram introduzir uma descrição geral do que o processo de "apoio à tomada decisão" seria, e quais seriam as ferramentas e os modelos utilizados no âmbito deste processo, a fim de construir recomendações, para ilustrá-la rapidamente eles usam um exemplo emprestado de Stamelos e Tsoukiàs. Então a segunda parte lida com alguns elementos básicos da teoria da decisão, tais como: declaração de problemas, alternativas e critérios. Além disso, eles apresentam o "pensamento focado no valor" (*Value-Focused Thinking*) por Keeney em relação à importância de ter um bom e completo conjunto de alternativas; Os autores explique que ao falar sobre a função valor significaria falar sobre as preferências dos tomadores de decisão, ou, ainda, sobre as suas percepções. A fim de explicar melhor isso, eles propõem um exemplo simples. Na terceira parte os autores abordam a análise da árvore de decisão, a probabilidade subjetiva e valor da informação. Os autores dizem que a árvore de decisão é uma famosa ferramenta muito utilizada que encontrou suas raízes na teoria da decisão. As características mais importantes na análise da árvore de decisão é que esta pode ser extremamente útil para ajudar os tomadores de decisão e, portanto, os decisores políticos em problema de estruturação. Eles completam dizendo que a árvore de decisão pode servir a vários propósitos quando os complexos problemas multi-estágio são encontrados, demonstrando isso com algum exemplo. Finalmente, eles discutem sobre alguns limites e problemas da

teoria da decisão. Os autores afirmam que escrever uma seção de críticas sobre a teoria da decisão não é fácil, porque, como eles afirmam no início deste capítulo, este é um enorme e diversificado campo de estudo, que inclui várias teorias e ferramentas, e cada uma dessas teorias e ferramentas tem sido criticada e contestada. Em seguida, eles destacam o ponto crítico em geral que podem afetar a sua investigação, eles mostram os três mais importantes debilidades teóricas de decisões relacionadas com a sua pesquisa no contexto de decisão política. Além disso, eles acreditam que a estruturação da Teoria da Decisão é considerada mais "arte do que ciência."

No capítulo 5, intitulado Teoria de Opções Reais (TOR), o objetivo é dar uma explicação sobre o que a teoria das opções reais seria, quais seriam suas idéias básicas e, especialmente, de acordo com os autores, o que faria com que a teoria de opções reais ser tão interessante. Esta é a última ferramenta que os autores mostram nesta tese. Os autores pretendem introduzir brevemente tanto aspectos teóricos quanto metodológicos da TOR. A apresentação foi projetada com referência específica ao contexto de políticas públicas e com o objetivo de dar ao leitor as noções básicas, a fim de compreender a sua idéia e seu modelo, que se conectam alguns conceitos das três ferramentas (ACB, TD, e TOR). Eles o fazem introduzindo os princípios da teoria das opções reais, e apresentando definições e conceitos importantes, afirmam que a TOR é cheia de todos os tipos de incertezas. Assim, as decisões são baseadas no conhecimento e nas expectativas futuras,

nomeadamente na informação imperfeita que uma pessoa tem, os outros continuam tendo em conta que a informação pode mudar ao longo do tempo e é necessário ser capaz de reconhecer essas mudanças e tomar decisões em conformidade. Isto é ainda mais verdadeiro se falarmos sobre as decisões dos decisores políticos. Eles apresentam um caso simples, a fim de explicar melhor o que querem dizer com a opção e flexibilidade de decisão. O objetivo é mostrar a teoria e a lógica por baixo das opções reais, afirmando que na verdade opções reais oferecem uma maneira alternativa para projetar, planejar e avaliar. Assim, a primeira parte deste capítulo é dedicada à descrição da "teoria" para um decisor político, onde as variáveis para prever são muitas e diversas e bases econômicas do mercado, nem sempre existem. Além disso, geralmente o horizonte de tempo é muito longo. Assim, num quadro caracterizado por mudanças a realização de custos de incerteza e benefícios provavelmente serão diferentes do que o decisor político possa ter esperado inicialmente, como nova informação que chega e a incerteza sobre algumas aspectos condições específicas são gradualmente resolvidas, os decisores políticos devem ter flexibilidade, o que seria valioso, para alterar a sua estratégia operacional, a fim de capitalizar oportunidades futuras favoráveis ou mitigar perdas. Enquanto a segunda parte trata dos modelos de avaliação de opções, de acordo com os autores o valor da opção se manifesta como uma coleção de diferentes opções reais embutidos no capital de oportunidades de investimento. Muitas dessas opções



reais ocorrem naturalmente durante a vida do projeto, enquanto outros podem ser planejadas e construídas com algum custo extra. Finalmente, na última parte eles discutem sobre alguns limites, críticas e seu interesse sobre as opções reais. Discussões iniciais que foram levantadas contra a teoria das opções reais vem de um campo separado, ou seja, os analistas de decisão, que questionam a originalidade e, em alguns casos, a adequação da TOR. Outra objeção comum a análise de opções reais, de acordo com os autores, é que os modelos de precificação de opções exigem certas suposições que não são atendidas nos mercados de ativos reais.

O capítulo 6, intitulado Teoria da Decisão e Teoria de Opções Reais em Literatura - a literatura entre teoria da decisão e da teoria das opções reais, apresenta como estas ferramentas são semelhantes, mas também diferentes, e como a idéia de usá-las juntas não é realmente nova, o modelo de auxílio de decisão de política, mostra as interações teóricas da teoria da decisão e de opções reais, mas também destaca as diferenças e as inovações na literatura. O objetivo deste capítulo é mostrar ao leitor como a ACB, a TD e a TOR têm sido vistas e estudadas juntos durante os últimos vinte anos. A fim de fazer isso, eles decidiram dividir os autores em dois grupos. No primeiro, apresentam os autores que vêm do campo econômico, enquanto que no segundo caso os autores que vêm do campo de auxílio de decisão. Eles fizeram esta subdivisão, por acreditarem que as suas opiniões e críticas estão fortemente associados com a sua formação. Os autores apresentam a literatura sobre essas três

ferramentas, mostrando os autores e seus pensamentos sobre as semelhanças, diferenças e possíveis aplicações conjuntas entre eles. A fim de fazer isso apresentam autores e teorias divididas por áreas semelhantes. Neste capítulo tentam escrever ao mesmo tempo, um tipo de conclusão para a primeira parte da tese, e uma introdução natural na segunda, onde apresentam uma ampla base de elementos potencialmente relevantes disponíveis na literatura, o que poderia ser utilizada para melhorar o estudo entre teoria da decisão e da teoria das opções reais. Sua pesquisa é claramente parte deste contexto, e muitas de suas idéias são decorrentes de tal literatura. Primeiro seu trabalho é inteiramente baseado em características de políticas públicas, metas e mecanismos, e que afasta o seu trabalho de uma lógica puramente econômica e financeira, e acreditam que sua ferramenta será construída em torno dos decisores políticos, com sua subjetividade, os objetivos e prioridades. Os autores dizem que seu objetivo é ajudar o decisor político com uma ferramenta de apoio à decisão, e tentam introduzi-la por meio de uma espécie de processo de aprendizagem.

No capítulo 7, intitulado Teoria da Decisão e Teoria de Opções Reais, de acordo com os autores a Análise de Custo-Benefício (Capítulo 3), a Teoria da Decisão (capítulo 4), a Teoria de Opções Reais (Capítulo 5), têm todas o mesmo objetivo final, ou seja, fornecer recomendações úteis para alguém que esteja tomando uma decisão (*policy-maker*, decisor ou gerente). Em outras palavras, cada um delas pode ser considerada como uma ferramenta auxiliar na tomada de

decisão. Então, de acordo com os autores, o objetivo deste capítulo é apresentar a sua idéia de pesquisa, e assim o seu modelo. Eles começam mostrando a literatura onde a teoria da decisão e da teoria das opções reais já foram estudados em conjunto, a partir deste ponto pretendem apresentar e explicar a sua idéia e seu modelo, onde uma árvore de decisão é desenvolvida usando alguns elementos da TOR. Eles acreditam ser possível usar algumas idéias da TOR dentro de uma árvore de decisão para criar uma ferramenta de apoio à decisão, a fim de construir e avaliar alternativas de uma forma mais coerente com o contexto do público e com a natureza das políticas públicas. Eles, também, acreditam ser possível cruzar a TD e, mais especificamente, a análise da árvore de decisão com idéias e conceitos decorrentes da TOR e da ACB, e demonstram isso usando dois exemplos. Eles também demonstram como a hibridizar análise da árvore de decisão com idéias e conceitos da TOR. Com o segundo exemplo pretendem mostrar como usar esta nova árvore de decisão com probabilidades condicionais, a fim de considerar a hipótese mais realista, segundo a qual a informação recebida é apenas parcialmente verdadeira. Desta forma, os autores mostram como a sua idéia, que, embora não inteiramente nova, apresenta algumas características importantes no apoio à criação de ferramentas de apoio à decisão - o primeiro com informação perfeita, e o segundo sem isto, e por isso introduzindo o uso de probabilidades condicionais. Finalmente concluem explicando as diferenças entre o modelo proposto e os já existentes, assim, eles apresentavam um "novo modelo",

nomeada como, árvore de decisão temporal, em que recolhidas e combinadas todas as características positivas da ACB, da TD e da TOR. Desta forma, os autores acreditam contribuir na forma como os decisores políticos podem usar a nova informação que vem ao longo do tempo, ou melhor, como eles podem usar as informações para gerenciar as decisões políticas e melhorar o valor políticas. Os autores acreditam que este modelo, nesta forma, considera todas as características de políticas públicas e respostas que os decisores políticos precisam em termos de legitimidade e em termos de flexibilidade.

No Capítulo 8, Conclusões e Perspectivas, os autores afirmam que, na verdade, as políticas públicas são, finalmente, as decisões de investimento, mas as quais se baseiam em uma filosofia diferente, com diferentes objetivos e motivações. Além disso, as decisões políticas devem ser sujeitas a diferentes limitações e expectativas. Os autores acreditam que com essa Tese, nessas premissas, buscaram desenvolver um quadro conceptual e, em seguida, um modelo de processo de decisão política e contribuição na avaliação de políticas. Os autores acreditam que a utilização deste processo, o decisor político será capaz de tomar decisões mais eficazes e eficientes, mas será principalmente reduzir sua discricionariedade, sem afetar a subjetividade ea flexibilidade do contexto. Os autores acreditam que a abordagem normativa oferece um modelo geral para analisar e ver a

situação que existe *a priori*. Os autores defendem este modelo com base em considerações econômicas e, como os decisores políticos decidem, faz deste um fator importante para elaborar um modelo legítimo.

O último capítulo, na verdade um apêndice, intitulado apêndice A UE: Política de Coesão e as ferramentas de avaliação, tem como objetivo apresentar a política de coesão europeia. Os autores explicam resumidamente sua origem, sua evolução e sua crescente relevância nos últimos anos. Eles começam com uma breve descrição da Política Regional e do nascimento da política de coesão e para isso eles seguem a linha traçada por Barça. Iniciam com uma breve introdução histórica sobre a política regional, já que eles querem delinear as idéias-chave e os valores que definem a sua política. Os autores dizem que com a fundação e instituição da Política de Coesão Europeia, o principal objetivo era claro: eficiência e equidade. Eles tentam explicar os seus procedimentos e processos, a partir do montante de fundos e territorialidade da política governamental, os seus sistemas de controle e avaliação. Então, para concluir os autores explicam o mecanismo de grandes projetos e os pontos fracos e os problemas existentes. Os autores defendem que a sua proposta era reformar essa situação com uma revisão do processo de auxílio de decisão e uma avaliação do modelo construído considerando as características e os objetivos políticos.

Lucertini, D'Alpaos, e Alexis Tsoukiàs concluem seu trabalho, afirmando que eles tinham a idéia de que há caminhos com o maior

respeito à rica natureza inescrutável das instituições reais, locais e práticas. Em conclusão, eles acreditam que a partir do estudo das políticas públicas e suas características, as ferramentas de avaliação disponíveis para os decisores políticos (a ACB, a TD, e a TOR) seriam incompletas, uma vez que não seriam capaz de considerar e administrar suas características chave. Superar esse problema é essencial para dar para os formuladores de políticas uma abrangente ferramenta de apoio à decisão. Então, os autores acreditam que construir uma árvore de decisão *ad hoc* para as políticas públicas seguindo o modelo tradicional, adicionando tanto a dimensão temporal e o conceito econômico de custos e benefícios, estariam contribuindo nesta discussão. Os autores buscaram revisar e integrar algumas idéias relacionadas com a flexibilidade gerencial decorrente da TOR. Apesar de tudo relacionado à sua investigação e, especialmente o modelo proposto, os autores aceitam que este é limitado. Afirmam que alguns tópicos merecem um estudo mais aprofundado, como por exemplo, a interação entre a TD e a TOR, a aprendizagem bayesiana, preferência, elicitação e taxa de desconto. Outros aspectos que não são plenamente desenvolvidos nesta tese são o apoio as etapas do processo de apoio à decisão. Os autores acreditam que as pesquisas e estudos sobre as ferramentas e modelos utilizados em tal campo devam ser fortalecidas, porque há, ainda, uma falta de estudos específicos entre a formulação de políticas e apoio à decisão.

Finalmente, para o leitor, gostaria dizer que a expectativa



deste texto, embora limitado a uma visão particular, como é quando cada autor reflete sobre outro trabalho, é que ele pode ter

aguçado o interesse, abrindo os horizontes para outras perspectivas metodológicas na área de avaliação de políticas públicas.

Recebido em 30/04/2013

Aceito em 11/08/2013